

Notícias



Demarcação de terras indígenas e interesses agropecuários são antagônicos, alerta 6CCR na Câmara dos Deputados

Coordenador da Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal (6CCR/MPF), o subprocurador-geral da República Antônio Carlos Bigonha participou de audiência pública na Câmara dos Deputados para debater o papel dos povos indígenas na proteção do meio ambiente. Durante a audiência, Bigonha voltou a alertar o governo sobre o conflito de interesses que existe entre a demarcação de terras indígenas e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) – atualmente a pasta responsável pelas demarcações no governo federal. [Leia mais.](#)

Além disso, o coordenador da 6CCR se reuniu com os presidentes das Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado e com o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara para discutir a MP 870 e reafirmar o posicionamento do MPF contrário à medida.

Exposição relembra crimes contra indígenas como resultado da política de integração forçada

Durante o #AbrilIndígena, a 6CCR inaugurou em Brasília a exposição “Respeito ou Repetição? A história que não se quer reviver”. Organizada em parceria com o Armazém da Memória, com a curadoria do pesquisador Marcelo Zelic, a mostra traz imagens e trechos do Relatório Figueiredo e das apurações promovidas pela Comissão Nacional da Verdade relatando crimes cometidos contra indígenas durante o século XX, quando o integracionismo vigorava como política oficial no Brasil. A exposição é itinerante e, no mês de abril, passou por dois espaços: [Memorial do MPF](#) e [Memorial dos Povos Indígenas](#), ambos em Brasília.



Estudo revela violações dos direitos dos Avá-Guarani na construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, entregou a lideranças indígenas Avá-Guarani, estudo produzido pelo MPF que comprova as violações de direitos sofridas pela etnia em razão da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Itaipu Binacional. O texto reúne documentos oficiais, depoimentos, pesquisa bibliográfica, fotografias e mapas para mostrar que os índios foram deliberadamente excluídos dos processos de reassentamento e reparação, inclusive por ação de órgãos do

Estado, como a Funai e o Incra, e da própria Itaipu. As consequências são vividas pelos Avá-Guarani até os dias de hoje, segundo o relatório. O documento foi produzido por grupo de trabalho composto por procuradores e antropólogos, a pedido da procuradora-geral, para instrução de inquérito civil que investiga as violações.

Após a entrega do documento, a PGR e as lideranças Guarani realizaram o plantio de uma muda de sumaúma, espécie considerada sagrada por vários povos indígenas no Brasil, no terreno em frente à sede da Procuradoria-Geral da República. [Leia mais.](#)

Manual de Jurisprudência dos Direitos Indígena tem eventos de lançamento em três capitais

O Manual de Jurisprudência dos Direitos Indígenas – que reúne jurisprudência nacional e internacional em 26 temas centrais dos direitos indígenas – teve eventos de lançamento em [Brasília](#), [São Paulo](#) e [Porto Alegre](#) durante o #AbrilIndígena. A publicação editada pelo MPF traz temas discutidos a partir de casos concretos, com a compilação das principais decisões de tribunais nacionais e internacionais em cada temática analisada. A obra tem como objetivo subsidiar a atuação de membros do Ministério Público Federal, órgãos governamentais e organizações não-governamentais, além de estudantes e pesquisadores. [Íntegra do Manual.](#)



6CCR e CNBB discutem ações de defesa dos índios da Bacia Tocantins-Araguaia

A 6CCR recebeu a Rede Eclesial Pan-Amazônica da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para discutir os problemas enfrentados pelas populações indígenas e tradicionais que vivem às margens da Bacia do Tocantins-Araguaia, além de possíveis atuações conjuntas para garantir os direitos dessas comunidades. No encontro, os representantes da CNBB relataram uma série de conflitos nas áreas, em razão da expansão das fronteiras agrícolas e da forte pressão exercida sobre as

comunidades. [Leia mais.](#)



Acampamento Terra Livre termina sua 15ª edição sem nenhuma ocorrência policial

O Acampamento Terra Livre (ATL), que reuniu mais de quatro mil indígenas de todo o país na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, terminou sem nenhum registro de ocorrência policial. A informação foi divulgada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), em sua conta oficial no Facebook. A mobilização organizada por entidades e organizações indígenas teve como principal objetivo cobrar do governo medidas urgentes para a demarcação dos territórios no Brasil, entre outras reivindicações. Antes do acampamento, o coordenador da 6CCR havia se reunido com o secretário de Segurança Pública do DF, para tratar de assuntos relacionados à mobilização e para falar sobre a [segurança do evento](#).

Na abertura do ATL, Bigonha reforçou [posicionamento do MPF contra a MP 870](#), que altera a política indigenista brasileira. Este ano, o evento aconteceu entre os dias 24 e 26 de abril.

CURTAS

Marco temporal – O coordenador da 6CCR reiterou posição do MPF contra a tese do marco temporal numa série de reuniões com ministros do Supremo para discutir casos em andamento na Corte. A situação do Agravo Regimental 2686, que trata da terra indígena Guyraroká, da Ação Cível Originária 1100 e do Recurso Extraordinário 1.017.365, que analisam a demarcação da Reserva Indígena Ibirama-La Klãnõ, foram tema de encontro como ministro Edson Fachin. O recurso extraordinário teve a repercussão geral reconhecida. Já em reunião com a ministra Carmen Lúcia, Bigonha discutiu a ACO 304, que trata da terra indígena de Parabubure. O coordenador da 6CCR também participou de [audiência de conciliação](#) realizada pelo STF no âmbito da ACO 1100.

Invasões – O aumento dos casos de invasões de terras indígenas e a proteção de lideranças indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais ameaçadas foram tema de reunião entre o coordenador da 6CCR e o diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo. O encontro aconteceu no dia 11 de abril. A 6CCR vem monitorando denúncias de invasões e ameaças nas terras Marawatsede (MT); Karipuna e Uru-eu-au-au (RO); Alto Turiaçu, Awá e Arariboia (MA); e Yanomami (RR), entre outras.

Saúde indígena – Em reunião com o Fórum de Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCondisi), no dia 26 de abril, Antonio Carlos Bigonha discutiu as consequências e os efeitos da municipalização da saúde indígena. Para o MPF, um subsistema próprio para a atenção à saúde indígena cumpre os mandamentos constitucionais. O tema é uma das prioridades de atuação da 6CCR.

Mais notícias:

[6CCR lança lista de transmissão](#)

[PRR1 obtém crescimento de 75% em processos julgados no TRF-1 envolvendo comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais](#)

[6CCR e cacique Raoni discutem MP 870 e invasões de terras indígenas](#)

Agenda - MAIO 2019

8/5 - Mesa de Diálogo: Direito a Territórios e Políticas Públicas para as Comunidades Tradicionais

13 e 14/5 - III Oficina da Plataforma de Territórios Tradicionais

24/4 - Diálogos: Maio Cigano

Mídias



Instagram

A conta oficial do MPF no Instagram veiculou um total de 29 publicações sobre o #AbrilIndígena, entre posts e stories. A fotografia mais curtida e comentada foi a do plantio da sumaúma. [Veja o](#)

[post.](#)



Rádio

O programa Direito de Todos veiculou edição especial em homenagem ao #AbrilIndígena. [Ouça.](#)